

Diretrizes para o Ensino de Extensão Rural no Brasil: uma contribuição do seminário “O estado da arte do ensino em Extensão Rural”

Introdução

No Brasil, a disciplina Extensão Rural teve sua trajetória histórica atrelada às demandas das políticas públicas de promoção do desenvolvimento agrícola, sob orientação do ideário da revolução verde, via modernização conservadora do campo.

O perfil do profissional, exigido neste contexto, deveria ser o de um especialista em difusão para persuadir os agricultores à adoção de inovações tecnológicas direcionadas aos processos produtivos e gerenciais.

A modernização, ao alterar os sistemas produtivos e gerenciais, integrou a um custo muito elevado a agricultura brasileira aos mercados, na medida em que ampliou a dependência de insumos externos a propriedade e excluiu um enorme contingente de agricultores deste processo.

Vítimas das mais diversas adversidades e desamparados pelo Estado, que transfere ao mercado a responsabilidade dos serviços de ATER, os agricultores familiares que resistiram a esse processo de expropriação construíram uma diversidade de estratégias produtivas e organizacionais, que os manteve, inclusive, como os principais responsáveis pelo abastecimento de alimentos no Brasil. Isso tudo, em meio a um ambiente de crise que se estabelece em decorrência da orientação neoliberal de que o mercado poderia atuar como o principal regulador das atividades produtivas. Esta crise passa a exigir medidas do estado na reorientação de suas políticas, intervenção nas áreas mais críticas e formulação de políticas de inclusão social.

Ademais, os impactos advindos desse processo, redefiniram a concepção de desenvolvimento, de tal sorte que a sua promoção não poderia mais ser restrita ao incremento dos processos produtivos. Isso implicou considerar também o fator social, como organizador das relações homem-natureza, e o fator ambiental, como limitador destas mesmas relações.

Nesse contexto de reorientação da ação do Estado, em 2003 é lançada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que redefine a ação extensionista fragmentada após o fim da EMBRATER no início dos anos 1990. A PNATER se fundamenta nos princípios da agroecologia, valorização do conhecimento endógeno e da pluralidade de organizações que prestam serviços de ATER, na percepção do extensionista como um agente de promoção do desenvolvimento e na mudança para um modelo baseado na idéia da sustentabilidade, da co-evolução homem-natureza e na transição para uma agricultura de base ecológica.

Este amplo espectro de mudanças projeta novas demandas à formação e a atuação profissional do *extensionista*, que desafia o campo de conhecimento da Extensão Rural no âmbito do ensino, da pesquisa e das práticas desenvolvidas junto a agricultores e suas organizações.

A realização do projeto “*o estado da arte do ensino em extensão rural*”, significou um marco importante nesse sentido, sobretudo pelo esforço pioneiro e ousado,

para se levantar informações, definir estratégias e apontar alternativas frente aos desafios acima mencionados.

A execução deste projeto resultou em três etapas complementares. A primeira etapa consistiu na realização de uma pesquisa relativa ao atual estado da arte do ensino de extensão rural, que gerou um banco de dados constando de informações disponibilizadas por um expressivo número de universidades. A segunda etapa, compreendeu a realização de um Seminário com a presença de aproximadamente 150 participantes, que discutiram, analisaram os dados da pesquisa e sugeriram propostas e encaminhamentos, que ampliaram a concepção do ensino de extensão rural concernente a formação dos profissionais e sua articulação com políticas públicas e movimentos sociais. Finalmente, a terceira etapa, constituiu-se na sistematização das diversas contribuições, articulação com setores governamentais para inserção desta temática nas diversas políticas públicas, particularmente naquelas de fomento a pesquisa e na necessária reformulação do ensino.

Em certa medida o presente documento, apresenta de forma sintética a sistematização das discussões ocorridas nos grupos de trabalho durante o Seminário realizado em Itamaracá-PE.

“Desenvolvimento, universidade e políticas públicas”

01 O ensino de extensão rural deve se comprometer com a maioria da população rural, particularmente os agricultores familiares.

02 A universidade deve tomar posição e aproveitar o momento histórico atual para fortalecer o desenvolvimento sustentável, valorizando e resgatando a importância dos movimentos sociais camponeses, experiências de organização social e lutas históricas pela terra.

03 O baixo investimento em bolsas/projetos em boa parte das universidades dificulta a opção dos estudantes/professores pela área de extensão rural. Isso requer que estas universidades, bem como a CAPES, CNPq, MDA, MEC e governos estaduais, dentre outros, ampliem os investimentos nesta área.

04 As diferentes abordagens sobre desenvolvimento rural devem ser entendidos na perspectiva de construir conceitos que atendam a complexidade da extensão rural contemporânea no campo da agricultura familiar e sua diversidade.

05 Reforçar o sentido da crítica como elemento essencial para o desenvolvimento e construção do conhecimento, inclusive das políticas públicas e buscar se envolver com as ações e movimentos, através dentre outros, da sistematização de experiências e pesquisas.

“O Ensino de extensão rural no Brasil: avanços, limites e perspectivas”

06 A estrutura dos cursos de ciências agrárias continua vinculada ao modelo do agronegócio. Neste contexto, a disciplina de extensão rural não só reforça este modelo, como também encontra dificuldades para trabalhar “novas abordagens” com públicos diferenciados.

07 Os projetos políticos pedagógicos devem ser reformulados de forma a fortalecer a extensão rural como área de conhecimento integradora, que dialogue com as outras áreas, a partir de novas abordagens e nova concepção de agricultura.

08 As metodologias participativas que buscam promover a construção coletiva do conhecimento são um enorme desafio para a formação de técnicos e professores, formados historicamente na perspectiva da fragmentação e imposição de conhecimentos. Neste sentido, é fundamental que se invista em formação ampla, para que a extensão rural participativa ultrapasse o discurso e se materialize efetivamente em práticas didáticas diversas.

09 Ampliar o número de disciplinas na área da sócio-economia e desenvolvimento na matriz curricular dos cursos das Ciências Agrárias e distribribuí-las nos períodos ao longo dos cursos.

10 Incentivar em diferentes espaços o ensino de extensão rural com semanas acadêmicas, oficinas, estágio de vivência, intercâmbio de estudantes e professores.

11 Criar espaços de diálogo para professores envolvidos com o ensino e pesquisa em extensão rural e áreas afins como Fórum e Rede de discussão.

“A pesquisa em extensão rural no Brasil”

12 Ampliar os canais de editoração e publicação de temáticas ligadas à extensão rural tais como etnia, raça, gênero, comunicação, desenvolvimento local, agroecologia, entre outros.

13 Reivindicar a valorização da pesquisa da área de extensão rural pelos órgãos de fomento assim como as atividades de extensão nas avaliações de docentes pelas universidades.

14 Valorizar as análises das experiências da extensão rural desenvolvidas em outros países, especialmente da América Latina, incorporando-as sempre que possível, ao programa da disciplina e aos projetos de pesquisa.

15 Com relação à produção teórica e bibliográfica foram identificados pontos específicos:

- a) Complexidade da realidade pesquisada e dificuldade de construção dos objetos de pesquisa;
- b) Dificuldades para se obter recursos para pesquisa;
- c) Dificuldades para realizar pesquisas nas universidades onde não há programas pós-graduação;
- d) Dificuldades para atender os parâmetros de pesquisa do Cnpq e produção bibliográfica da Capes, que restringe a extensão rural à área de Ciências Agrárias, implicando dificuldades para inserção de publicações;
- e) Dificuldades para o diálogo entre professores de metodologia da pesquisa e professores de extensão rural;
- f) Carência de textos didáticos e de material de apoio para o ensino de extensão rural;

- g) A produção bibliográfica vinculada a processos de pesquisa-ação tem especificidades que não se adequou ao formato acadêmico convencional, mas são de grande valor para a área de extensão rural;
- h) Carência de pesquisas de avaliação de políticas públicas e projetos de extensão rural;
- i) A definição de linhas de pesquisa pode favorecer a produção teórica e bibliográfica;

16 Promover uma maior interação com áreas de conhecimentos afins (educação, sociologia, comunicação, antropologia, ecologia...) para que a extensão rural possa se favorecer da teoria contemporânea produzida em áreas correlatas.

17 Estimular a construção de histórias de vida com os pioneiros da extensão rural no Brasil (“memória da extensão rural”).

18 Criar edital de apoio à pesquisa em extensão rural para o ensino de graduação.

19 Criar um Observatório de Experiências em Extensão Rural

“Práticas universitárias de extensão rural”

20 Estimular projetos de extensão universitária que contemplem as políticas públicas e as instituições de extensão governamentais e não governamentais com envolvimento direto dos agricultores e suas organizações, construindo um espaço de aprendizagem que potencialize interações acadêmicas e com as comunidades e famílias rurais.

21 Criar estrutura de apoio nas universidades para garantir condições de recursos financeiros, laboratórios (mídias, recursos didáticos e audiovisuais), transporte eficientes e seguros nas atividades de extensão, além de propiciar o seguro dos participantes.

22 Reivindicar junto ao MCT/CNPq a criação de um CT-INFRA para a extensão rural.

“A formação em extensão rural e interfaces com os mercados de trabalho”

23 O perfil do profissional demandado pelos mercados de trabalho em extensão rural aponta para a formação de profissionais críticos, responsáveis, abertos, reflexivos, sensíveis a realidade local, pró-ativos com conhecimentos diversificados em temas como gênero, geração, etnia, meio ambiente, relação rural-urbano, movimentos sociais e políticas públicas.

24 Equiparar as bolsas de extensão em quantidade e valor com as bolsas de pesquisa.

25 Reivindicar que a representação das universidades, em fóruns, instâncias e conselhos de desenvolvimento rural sustentável seja de membros da área de extensão rural.